

A configuração espacial da nova forma de morar: uma perspectiva para entender e identificar a casa popular segundo as premissas da arquitetura moderna

Maria Luiza de Lavor¹

Resumo

Este trabalho apresenta as plantas das moradias populares resultantes dos projetos e das políticas governamentais de habitação, denominadas “Vilas Populares”. O enfoque dado está nas que foram construídas na cidade do Recife, estado de Pernambuco, segundo a arquitetura moderna, cujos princípios funcionalistas e racionalistas definiram a nova forma de morar como organização espacial decorrente da distribuição de um programa básico, mínimo para atender à demanda de moradia para funcionários públicos sindicalizados e associados aos institutos de aposentadorias e pensões. A prática ressalta como objetivo específico a configuração constituída por um zoneamento baseado na função de seus ambientes, distribuídos em compartimentos próximos para facilitar o desenvolvimento das tarefas domésticas e obtenção de um tempo livre disponível para a participação da mulher no trabalho fora do lar. Como objetivo geral, está a identificação, nos diversos modelos construídos nas décadas de 1940 a 1970, das premissas da arquitetura moderna.

Palavras-chave: Vilas Populares, Configuração Espacial, Habitação Social no Recife, Arquitetura Moderna.

Abstrat

This work shows the floor plans of popular houses, resulting of projects and governmental policies of housing, called “Vilas Populares”, built in the city of Recife, state of Pernambuco, based on modern architecture, of which functionalist and rationalist principles defined the new way of living as spatial organization, resulting from the distribution of a basic program, possible to achieve the demand for housing for civil servants, unionists, and institutes and pensions associates, emphasizing as the specific goal the configuration consisting of a role-based zoning of their rooms, distributed in near compartments to facilitate the development of domestic work and cause free time available for participation of women in work outside the home and as general goal to show the identification of modern architecture in projects during the period of 1940 to 1970.

Key-words: Vilas Populares, Spatial Configuration, Social Housing in Recife, Modern Architecture.

Introdução

Os novos programas e políticas habitacionais ocuparam os espaços na malha urbana das cidades brasileiras, na medida em que era definida a construção de um modelo para a casa do pobre. Os debates sobre este tipo de moradia foram iniciados no século XIX e corroboraram com a posição de que o novo modelo de moradia popular deveria converter – se em um espaço confortável, higiênico, privativo que implicasse redefinição da planta, do programa, do uso de novos materiais

¹ Arquiteta pela Faculdade de Arquitetura do Recife (1968), Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2006), professora de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade Damas da Instrução Cristã - ARIC. lavorml@yahoo.com.br

e atendesse às premissas da Arquitetura Moderna que, por sua vez, destacava o zoneamento com a distinção das funções como norteador das novas configurações espaciais.

Sem sombra de dúvida, atender às necessidades vitais da família seria fundamental para a afirmação de um modelo da casa popular, funcional e compacta, projetada de acordo com o desenvolvimento das tarefas domésticas. Os cômodos deveriam facilitar os fluxos (definidos e racionais), propiciar a rápida execução daquelas tarefas de forma a resultar em tempo livre para o convívio familiar ou o trabalho fora do lar.

Procurava-se atingir, como meta principal, a identificação na casa popular, térrea, do modelo de um projeto político de valorização da família e, em especial da mulher, incluída no mercado de trabalho; e de forma secundária a apresentação da funcionalidade, da racionalização dos espaços, da redução de percursos para simplificar o desempenho das atividades domésticas.

Nesta abordagem, apresentamos alguns projetos da casa popular, construídos na cidade do Recife, entre as décadas de 1940-1970, resultantes da ação dos governantes como solução para resolver os problemas habitacionais.

A relevância do estudo é ver no programa funcional, básico, que a casa popular atende: aos princípios modernistas, pela divisão partilhada de seu espaço interno visando obter o melhor funcionamento, e à racionalização das tarefas domésticas, em espaços planejados retratados na configuração espacial.

1. O modelo inovador da Casa Popular

A racionalização dos espaços domésticos, ou seja: a busca de um espaço possível de tornar mais eficiente e rápida qualquer atividade ou tarefa doméstica nele desempenhada, modificou o dia a dia e a rotina do interior da casa, tornando-se um dos fatores mais decisivos para a afirmação do novo modelo da casa popular.

Neste sentido a compartimentação do espaço da moradia priorizou a **função** (atividade praticada e necessária ao uso e ao funcionamento de um ambiente) e o **zoneamento** (reunião de ambientes por afinidade de uso). O zoneamento, entendido como o agrupamento de ambientes de usos afins ou de mesma função, fundamentou a configuração espacial moderna. As áreas de convivência ou de “estar” formavam a **Zona Social**, que, por sua vez, deveria permitir o ingresso a outras áreas de uso mais restrito, denominada **Zona Íntima** e, finalmente, aos ambientes reservados às tarefas realmente domésticas, quais sejam: lavagem de roupas com a introdução do tanque, preparação de alimentos com melhor disposição de armários e pia com balcão, e guarda de utensílios como vassouras, lixo, a **Zona de Serviços** (TEDESCHI, 1980, p.124).

Assim, a sala agora única, estava em primeiro lugar e, ao seu lado, os dormitórios com o banheiro bem próximo (o tanto quanto fosse possível), também a cozinha e um terraço mínimo próprio aos serviços de lavar roupas. Este último deveria ficar na parte final da casa, que se tornou cada vez mais compacta ou racional dentro dos princípios de economia financeira e espacial. Toda a planta era apreendida com um só olhar. Nada de corredores, circulações ou áreas distantes uma

das outras que pudessem provocar longas caminhadas ou longos percursos cruzando-se no desempenho das tarefas inerentes à moradia.

A racionalização definia os ambientes da casa, de uso individual e familiar, relacionados entre si e possibilitando a disposição do mobiliário como facilitador do desempenho das atividades no lar, encurtando distâncias facilitando deslocamentos. Assim, revestia-se a casa de um espírito inovador, concebida segundo o tamanho da família e os seus afazeres. A intimidade, por sua vez, era conquistada com a separação dos quartos por gênero, idade e estado civil.

Em decorrência desta separação, o projeto da casa popular agrupou os ambientes segundo as funções e número de membros da família, gerando uma quantidade de cômodos adequados ao programa, ao dimensionamento e à forma geométrica que deveria facilitar e favorecer a eficiência do trabalho doméstico e uso de cada um deles.

Percebe-se, no uso e na distribuição interna do novo espaço de morar, o aparecimento das zonas de estar, íntima, e de serviços (TEDESCHI, 1980, p.124), justificando a compartimentação do espaço doméstico e a consolidação do funcionalismo organizando tecnicamente a planta, inspirada nos projetos de casas mínimas e econômicas concebidas em outros países, seguidores da Arquitetura Moderna. Essa consolidação projetual foi entendida como:

uma solução original e suscetível de originar novos hábitos e um novo modo de vida conforme as ideias que têm do futuro os meios progressistas, políticos e arquitetônicos. (BONDUKI, 1998, p.142 apud KOPP).

Pressupunha-se com esta projeção um comprometimento com os ideários políticos, e ao mesmo tempo, com a formação de uma nova sociedade cujo modelo de moradia popular ensejava uma nova forma de morar, especialmente no tocante a criação de novos hábitos, inerentes às exigências do novo uso da casa. Esses hábitos eram ainda difíceis de serem apreendidos por um povo não acostumado a determinadas estruturas e organizações como: saneamento e compartimentação. Era novidade o uso do banheiro com latrina, do lavatório e do chuveiro, principalmente, por estes pertencerem ao interior da casa.

Faziam parte da nova concepção ou configuração espacial da casa o aparecimento de quartos ventilados, salas para convívio familiar, cozinhas com pia, balcão e armários, oitões e jardins frontais. Tudo isto se apresentava bem diferente dos antigos espaços de único aposento, de uso privado da família, onde todos permaneciam à noite enquanto, durante o dia, a área pública servia para o trabalho doméstico conhecidos como cortiços.

O novo modelo, embora pertencente a um loteamento, estabelecia uma relação da casa com o urbano pela vinculação desta, com o lote, com as ruas (jardins frontais), com as redes de abastecimento (de água e esgoto) vinculando-se ao urbanismo moderno o qual defendia a penetração do sol como purificador do ar e o contato com a natureza. O modelo seria o objeto colocado em seu posto, dentro da organização da rua ou do bairro fazendo parte do embelezamento da cidade. Esta era a ordem de implantação ditada pelo paradigma moderno. (LAVOR, 2006.p.43).

Nessa configuração, os técnicos, inclusive os arquitetos e os engenheiros, contribuíram

com o ideário modernista, cujo pensamento voltava-se à construção do espaço mínimo, planejado como símbolo de uma nova forma de vida, de uma nova época onde o tempo livre, resultasse do trabalho doméstico executado de maneira eficiente e rápida.

A nova configuração provocou discussões nos CIAMs das décadas de 20 e de 30, quando a casa foi comparada com a “ máquina de morar”, imagem de Le Corbusier, devido ao aparelhamento das cozinhas

com armários, balcões, etc. facilitadores das atividades domésticas. Aliás, essa comparação é totalmente aceitável visto que para funcionar a casa precisou de aparatos para se obter água fria e quente, novos espaços para banho, para conservação e armazenamento de alimentos, pias etc. (CHOAY, 1970,p.288).

Segundo (CORREIA, 2004), a máquina de morar não somente resguardava a saúde do morador como também garantia a recuperação das energias para o trabalho devido a nova organização e divisão interna, em espaços próprios para cada atividade específica.

Era a modernização da casa e a grande contribuição no projeto político de transformação da sociedade. A casa qualificava-se a partir daquele momento como:

morada de uma família nuclear, com uso eminentemente residencial e de repouso, protegida de estranhos e com a organização interna presidida por preocupações com higiene, privacidade, conforto e economia, inclusive de tempo e esforço na realização das tarefas domésticas. (CORREIA, 2004, p.57)

Este pressuposto reduz a casa ao uso exclusivo de uma só família. Estabelece as relações de ordem moral em uma nova ordem incorporada pela configuração e uso dos espaços e do tempo. Torna-se funcional e especializada configurando locais próprios de repousar, de estar e de serviços (FOUCAULT, 1979,p.211). A difusão deste conceito de moradia tornou-se um referencial, quase uma “escola”, para os arquitetos e os estudantes de arquitetura. Em registros do arquiteto Abelardo de Souza (BONDUKI,1998;145), a função, indicando a utilidade de cada espaço, permitiu a definição de projetos com as novas concepções de planta completamente livres dos cânones e da simetria, impostos, até aquele momento, nos cursos de arquitetura.

O paradigma forma/função emergia como novo referencial de projeto em atendimento às prerrogativas da casa mínima e econômica defendida por Le Corbusier e sintetizada como:

planta simples sem reentrâncias externas para permitir a abolição da saleta de entrada, a criação de uma sala de estar reunindo a de visitas e a de jantar, a abolição ou redução do corredor, e a criação de quartos de tamanho reduzido – pois só deverão servir para dormir e vestir – e sem portas interligando-os. (FOLZ, 2003, p.41)

Indubitavelmente, era o novo modelo da casa popular, discutido e redefinido segundo as premissas da Arquitetura Moderna.

2. Solução Projetual do Novo Modelo em Recife

Na cidade do Recife quando foi cogitada a implementação da nova solução projetual, em nível nacional, vários aspectos foram discutidos. Entre eles, colocou-se o problema de que o modelo, não se referia só a área de construção mas, sim, à concepção e à racionalidade dos seus espaços, os quais implicavam em uma configuração **espacial funcional** (grifo nosso), para atender o projeto político e técnico do momento.

O programa básico era o mesmo adotado na Europa, concebido segundo os paradigmas projetuais dos arquitetos modernos, descritos em como:

uma articulação de três áreas específicas - um espaço público de representação, os cômodos privados dos moradores e as áreas de serviço - a distribuição dos espaços e dos objetos é presidida por uma hierarquia rigorosa (Correia,2004,p.65).

Obedecendo a esta hierarquia as áreas de estar (espaço público) vinham em primeiro lugar seguida dos quartos, banheiros e cozinha. Às vezes, aparecia na frente, o terraço ou alpendre como elemento de proteção contra o excesso de calor e luminosidade.

Caracterizava o pensamento econômico a parede comum aos banheiros e cozinha, chamada na arquitetura Moderna de parede hidráulica. Era a racionalização da construção configurada na disposição de seus ambientes para atender ao programa básico, mínimo, composto por: terraço, sala única, quartos, banheiro, e cozinha com terraço de serviços, apresentado na Figura 01.

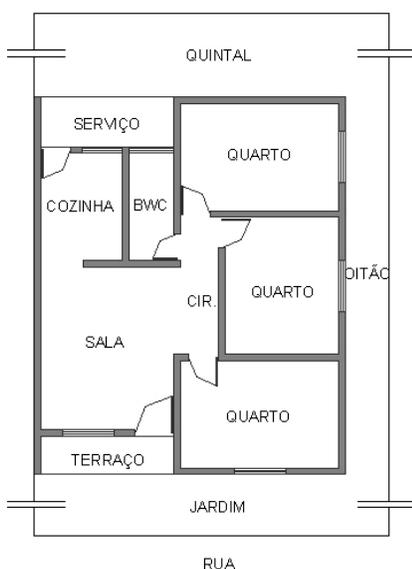


Figura 01: Modelo construído no bairro do IPSEP, Recife
Fonte: Arquivo PCR, 2004

Para melhor entendimento apresentamos em algumas plantas baixas a Configuração Espacial da produção arquitetônica do novo modelo por décadas. Consideramos a hipótese de que cada modelo resulta da política habitacional da época e das ideias da arquitetura consideradas como princípios de projeto.

A década de 1940 a 1950 apresenta projetos mais diretamente ligados ao pensamento higienista, econômico e moralizador; os da década de 1950 a 1960 seguem o pensamento anterior mas, de forma mais técnica. Fazem parte de conjuntos residenciais, os quais apresentam quadras com casas geminadas. A década de 1960 a 1970 se constitui de projetos pertencentes a conjuntos periféricos, guiados pelos ideais de centralização da política nacional de habitação, liderada pelo BNH- Banco Nacional de Habitação. Finalmente, os projetos da década de 1970 a 1980, influenciados pelos paradigmas modernos concebidos de forma acadêmica, enfatizam a função e o zoneamento com plantas mais livres e flexíveis.

3. Configuração Espacial – produção por década

A seguir apresentamos algumas plantas representativas do novo modelo de morar, indicando a organização espacial totalmente moderna, dividido em zonas funcionais. Iniciamos com modelos construídos na década de 1940 a 1950.

Nesta década, as casas são térreas e conjugadas. Atendem a operários sindicalizados e o programa assinalado é o básico, acrescido do terraço ou alpendre (frontal), destacando-se a posição dos banheiros e ausência da área de serviços. Este modelo (Figura 02) foi adotado por favorecer ao controle visual dos membros da família, considerada como célula “máter” da sociedade. Note-se ainda a disposição dos banheiros que na maioria dos projetos ainda permanecia fora do corpo da Casa.



Figura 02: Plantas baixas da Casa Popular, Década de 40
Fonte: 5ª Coordenadoria da Prefeitura da Cidade do Recife

4. Modelo representativo da década de 1950 a 1960

Em 1950, a tipologia da casa popular continua com os princípios arquitetônicos anteriores (Figura 03). Destacam-se os conjuntos habitacionais, com casas parcialmente soltas no terreno, térreas, incorporando às cozinhas o terraço de serviço. Os projetos abandonam o pensamento higienista, mas permanecem como projeto político dos governos e procuram reunir as áreas de convivência, quartos e serviços domésticos. Note-se o deslocamento do banheiro para o interior da casa.



Figura 03: Planta baixa da Casa Popular, década de 50
Fonte: 5ª Coordenadoria da Prefeitura da Cidade do Recife

5. Modelo representativo da década de 1960 a 1970

Os projetos nesta década são guiados pela política centralizadora do governo com a criação do BNH- Banco Nacional de Habitação; COHABs - Companhias de Habitação e das INOCOOPs- Cooperativas Habitacionais. Os modelos continuam com o padrão mínimo configuracional e programa básico com: terraço à frente e banheiros internos. Prossegue a solução econômica de casas geminadas, em grandes conjuntos periféricos, próximo às indústrias e distante dos centros urbanos. (Figura 04).

6. Modelo representativo da década de 1970 a 1980

Década em que os projetos começam a inovar na configuração espacial deslocando as cozinhas da parte posterior para o meio ou frente da casa, sem perder a concepção do Zoneamento. Atendem ao pensamento técnico, porém continuam a obedecer às diretrizes dos programas governamentais ditados ainda pelo BNH, INOCOOP e COHABs, conforme o modelo da Figura 05.

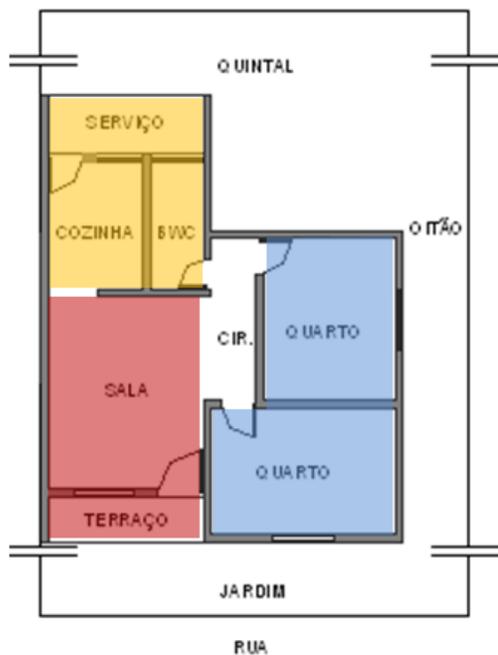


Figura 04: Planta baixa da Casa Popular, década de 60
Fonte: 5ª Coordenadoria da Prefeitura da Cidade do Recife

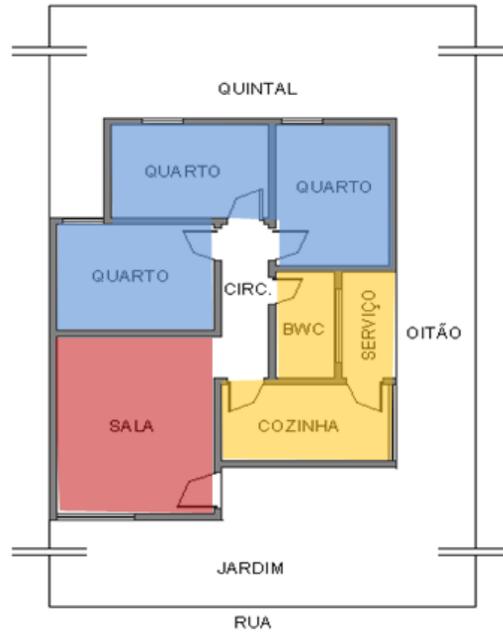


Figura 05: Planta baixa da Casa Popular, década de 70
Fonte: 5ª Coordenadoria da Prefeitura da Cidade do Recife

Considerações finais

Em todas as décadas, é presente o **zoneamento** e relevante a **função** de cada ambiente. Mesmo quando o pensamento técnico sobrepõe o governamental, continua a existir a compartimentação espacial com distribuição de **funções racionalmente zoneadas**. O novo modelo de morar baseado na organização espacial (função/zoneamento) postulada pela Arquitetura Moderna foi aos poucos se tornando racional e se especializando, pela definição de lugares próprios para as diferentes atividades.

Os programas governamentais voltados para os operários sindicalizados passaram a incluir a casa independente da área de produção, com locais específicos para repousar, estar (conviver) e trabalhar (serviços do lar). O novo modelo tornava a casa restrita e disciplinadora exclusiva de seus moradores.

No processo de concepção projetual, técnicos e governo buscavam a redefinição que interferiria na configuração da planta, no dimensionamento e na economia da construção. Com essa racionalização, a planta sofreu alterações em alguns setores, principalmente na cozinha, no banheiro e nas áreas de serviço, aos quais foram introduzidos, de maneira obrigatória: as pias, as bacias e os tanques de lavar roupas.

No mesmo sentido, para fins de privacidade, isolamento, aeração e estética volta-se o pensamento técnico aos pressupostos do planejamento urbano moderno, no qual a casa seria o objeto colocado em seu posto (lote), dentro da organização da rua ou do bairro. Há o

embelezamento da cidade, introduzindo-se, nos lotes, os jardins nos afastamentos frontais e nos quintais fazendo com que o morador conviva com a natureza.

Os modelos da casa popular nas décadas de 1940 a 1970 revelam a configuração programática ou programa básico composto pelos ambientes: sala, quartos, cozinha, banheiro, alpendres ou terraços e terraços de serviço, os quais formalizam as Zonas: social, íntima e de serviço, identificadoras do Zoneamento Moderno. A forma geométrica, retilínea, justifica o uso racional e funcional de seus espaços compartilhados e zoneados, para facilitar o desempenho do trabalho doméstico. Podem ser entendidos da seguinte forma:

- Modelos da década de 40: o atendimento dos programas políticos, governamentais e higienistas exigiam casas térreas geminadas.
- Modelos da década de 50: continua o modelo térreo geminado de mesma configuração programática e espacial anterior.
- Modelos da década de 60: nasce a política centralizadora do governo sob o comando do BNH- Banco Nacional de Habitação; das COHABs - Companhias de Habitação e das INOCOOPs- Cooperativas Habitacionais. Prossegue a solução econômica de casas geminadas e o programa básico com banheiro no corpo da casa. Surgem os grandes conjuntos nos arredores das fábricas distantes dos centros urbanos.
- Modelo da década de 70: existe a ruptura na concepção espacial. Passam a existir deslocamentos na hierarquia dos ambientes e as cozinhas aparecem no meio ou frente da casa. Nesta década é atendido o pensamento técnico, porém sempre obediente às diretrizes dos programas centralizadores governamentais do BNH, da INOCOOP e das COHABs.

Portanto, os modelos da casa popular apresentam-se como resultantes dos projetos e programas governamentais orientados e obedientes às premissas da Arquitetura Moderna. Apresentam uma configuração espacial cada vez mais voltada à função e ao zoneamento, admitindo claramente as três Zonas: SOCIAL, ÍNTIMA e de SERVIÇOS, um dos paradigmas da Arquitetura Moderna.

Referências bibliográficas

- BONDUKI, Georges. **Origens da habitação popular no Brasil**. São Paulo: Estação liberdade, 1998.
- CHOAY, Françoise. **El urbanismo utopias y realidades**. Barcelona: lumen, 1970.
- CORBUSIER, Le. **El Urbanismo de Los CIAM . Collection Documents del Siglo Veinte**. Buenos Ayres; Contépora , 1957.
- CORREIA, Telma de Barros. **A Construção do Habitat moderno no Brasil – 1870-1950**. São Carlos: RIMA, 2004.

- FINEP - GAP (**Financiadora de Estudos e Projetos - Grupo de Arquitetura e Planejamento**)
São Paulo: S. A, 1985.
- FOLZ, Rosana Rita. **Mobiliário na Habitação Popular**. São Carlos: RIMA: 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Vozes, Petrópolis: 1977.
- KLEIN, Alexander. **Vivienda mínima: 1906-1957**. Barcelona, Gustavo Gilli, 1980.
- LAVÔR, Maria Luiza. **Revelação moderna: análise das vilas populares da cidade do Recife nas décadas de 1940/1980**. Dissertação de Mestrado – MDU/UFPE, 2006.
- LOUREIRO, Cláudia. **Classe, controle, encontro: o espaço escolar**. Tese de Doutorado – FAUSP, 1999.
- TEDESCHI, Enrico. **Teoria de la arquitectura**. Bueno Aires: Nueva Visión, 1980.
- VERÍSSIMO, F. Salvador, BITTAR, W. S. Mallman. **Quinhentos anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.